

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1263610 - RS  
(2018/0060506-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
AGRAVANTE : F D S  
AGRAVANTE : D S  
AGRAVANTE : G DE F  
AGRAVANTE : F H S  
AGRAVANTE : I F S  
AGRAVANTE : T L F  
AGRAVANTE : LIKO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS  
QUÍMICOS LTDA  
ADVOGADOS : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO -  
SP012363  
RODRIGO FOSCARIN PEDROSO - RS029512  
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM -  
SP118685  
OTAVIO KERN RUARO - RS074117  
RENNAN FARIA KRUGER THAMAY - SP349564  
AGRAVADO : C H B  
ADVOGADOS : ÍTALO DALLA BARBA - RS008676  
IZABELLA LEHN DUARTE - RS030421

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE COMERCIAL COM APURAÇÃO DOS HAVERES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

### **INSURGÊNCIA DOS RÉUS.**

**1.** Nos casos em que a arguição é genérica, não se conhece do recurso especial pela alegada violação do artigo 1022 do CPC, ante o óbice da súmula 284/STF.

**2.** Aplicação do óbice da súmula 283/STJ, pois nas razões do recurso especial os ora agravantes se limitaram a asseverar ser inviável a inserção das pessoas no polo passivo da cautelar incidental, por não se constituírem sócios da empresa, tampouco figurarem como réus na demanda principal, deixando de impugnar o fundamento acerca da legitimidade dos réus da cautelar decorrer da necessidade de averiguação da ocorrência de caixa 2 no período em que o autor esteve como sócio da empresa, face a ocorrência de subfaturamento, motivo pelo qual, os sócios, gerentes e demais envolvidos na gestão da empresa (nesses se incluindo as pessoas referidas pelos insurgentes) tiveram determinada a quebra do sigilo bancário e fiscal.

**3.** Adequada incidência dos óbices das súmulas 5 e 7/STJ relativamente à alegada carência de ação e enriquecimento sem causa do autor.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal local que, com amparo nos elementos de convicção dos autos, notadamente nas cláusulas constantes do contrato social e da documentação apresentada à Junta Comercial, asseverou incorrente a alegada carência de ação do autor, bem ainda inexistente o referido enriquecimento sem causa do demandante decorrente da aplicação de critérios distintos de ingresso e retirada do autor da sociedade para a apuração dos haveres. Inviabilidade de modificação do entendimento ante a imprescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatórios dos autos e das cláusulas contratuais..

4. A jurisprudência desta Corte Superior, entende que "a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática.

5. Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator